

*Econ - Brasil*

VARIG

LONDRES

# Ministros reafirmam posições sobre juros e explicam inflação

por Reginaldo Heller  
do Rio

Os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, aproveitaram sua presença no Rio na última sexta-feira para reafirmar as diretrizes estabelecidas pelo governo para a política econômica em 1982 e introduzir um tom mais otimista nas análises sobre o comportamento da economia. Combate à inflação e melhoria das principais contas do balanço de pagamentos continuam sendo as prioridades do governo. Galvães, em entrevista em seu gabinete, procurou desfazer a má impressão causada pelas altas taxas de inflação em janeiro e fevereiro e a acentuada expansão dos agregados monetários (base monetária e meios de pagamento), afirmando serem desvios provisórios e normais nesta época do ano. "Não comprometem a política econômica", disse Galvães.

Já o ministro da Indústria e do Comércio, falando em almoço que lhe foi oferecido pelas classes empresariais, estimou uma taxa de expansão do Produto Interno Bruto de 5% em média no triênio 1980/82. Antecipou, mesmo, a expectativa de retomada dos investimentos privados já em 1983, como consequência

natural da liberação de recursos com o término progressivo das grandes obras estatais em andamento. Os dois ministros também concordaram no reconhecimento de que "vivemos uma fase de juros altos", como declarou Camilo Penna, para quem isso representa uma transferência de lucros do sistema produtivo para o sistema financeiro.

## EXPLICAÇÕES

A argumentação do ministro Galvães para a expansão da base monetária em janeiro — na sua opinião, em fevereiro ela terá tido um crescimento bem menor — reside no déficit do Tesouro, cuja arrecadação foi prejudicada pela coincidência de os dois últimos dias do mês cairem em fins de semana. "Mas os meios de pagamento caíram 7,1%; as operações do Banco do Brasil também caíram Cr\$ 20 bilhões; os empréstimos do sistema bancário cresceram 4,2% e o superávit comercial foi de US\$ 50 milhões numa época de difícil exportação." Para fevereiro, o ministro da Fazenda citou uma arrecadação do Tesouro da ordem de Cr\$ 270 bilhões, acima das previsões da Receita Federal, e a possibilidade de um novo superávit comercial.

Desta forma, no seu entender, as principais variá-

veis econômicas estão-se conduzindo na direção desejada. Apesar da taxa de inflação em fevereiro (6,8%), Galvães espera redução da taxa mensal já a partir de março e a continuidade da tendência de declínio da taxa medida em 12 meses. "Até mesmo em termos de produção de energia, os resultados têm sido favoráveis", disse Galvães. A taxa de desemprego divulgada pela FIBGE, por exemplo, já é um dado superado, a se considerar, como afirmou, o acompanhamento feito pela FIESP para o mês de fevereiro. Ouvido por este jornal, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho afirmou que a pesquisa feita pela entidade revelou que a taxa de desemprego esteve praticamente estacionada nas duas últimas semanas. A queda do consumo de energia foi explicada pelo ministro da Fazenda pelo uso mais intensivo do álcool, do carvão, pela economia feita pelas empresas, além de "alguma redução da produção industrial". Finalmente, Galvães voltou a descartar as sugestões de redução dos juros. Ele acredita que as taxas de juros só baixarão com a queda da inflação e da correção cambial, e a contenção dos juros externos. A correção cambial acompanhará o INPC, sem o desconto da inflação externa. Quanto às propostas de capitalização de empresas, o ministro as vê com mais simpatia, embora a sugestão aventada pelo professor Octávio Gouvêa de Bulhões lhe pareça de difícil implementação.

O ministro Camilo Penna, no entanto, chega ao ponto de descobrir aspectos positivos na recessão: "Houve crescimento negativo em 1981, mas o nosso produto é da ordem de US\$ 250 bilhões, um dos 10 grandes do mundo, e parte da queda do produto teve um aspecto positivo, pois representou redução de desperdício e aumento de eficiência".

blico entre dois importantes setores da iniciativa privada", sugeriu um esforço para baixa dos "spreads". "De outro lado," prosseguiu, "como entre os fatores de alta de juros estão a dívida externa e a baixa capitalização da empresa brasileira, vejo que lúcidos acionistas controladores de importantes bancos estão alocando parte de seus lucros para atividades ligadas à exportação e para participação acionária em empresas de produção. Com a sua rede internacional, alguns bancos se empenham em atração de capital de risco externo para formação de joint-ventures no Brasil."

Também sobre a questão dos juros, Camilo Penna encontrou facetas positivas. Disse ele: "Vivemos agora uma fase em que os juros altos transferem lucros do sistema produtivo para o sistema financeiro. E, depois de considerar "indesejável um debate pú-